



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

043. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE PROCURADORIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **09**:

Quando me proponho a analisar a complexidade da identidade da educação brasileira, desde a sua formação histórica, passando por seus determinantes políticos e filosóficos, até chegar aos processos curriculares e à organização didática e administrativa da escola, acabo percebendo que deixamos de lado dimensões antropológicas essencialmente humanas, e que hoje são desafios e urgências, analíticas e propositivas. Uma das mais urgentes dimensões a se considerar é a questão da afetividade, a qualidade social e subjetiva das relações pessoais. Não assumimos como importantes ou até mesmo como consideráveis as questões que envolvem a educação afetiva e emocional.

Afetividade significa educar para a sensibilidade, educar para ter imperativos éticos referentes a outras pessoas, à natureza, à diversidade da vida e do mundo, aos valores, às artes, aos conhecimentos e, sobretudo, à polifonia das personalidades, das diferentes pessoas, culturas, identidades, grupos e movimentos que nos cercam. A vida, em si, é uma grande epifania de vivências, de desabrochamentos de experiências, de vitalidades, emoções, alegrias, perdas e achados!

Educação afetiva é a criação de uma atmosfera vivencial de sensibilidades, de gestos elevados, esteticamente belos e bons, como aqueles que cultivamos como essenciais. Praticar a palavra acolhedora, a celebrar os encontros, a pedir desculpas pelos erros, pelas contradições, pelos desvios padrões que acontecem entre nossos desejos, nossas necessidades e nossos atos reais é sempre cultivar a paz, a generosidade, a esperança, o bom trato, a convivência pluralista, diversa e amorosa.

Educação afetiva é erigir alguns valores como “sagrados” para a convivência familiar, escolar e social, tais como a disposição para o trabalho em grupo, a decisão consultiva, as escolhas voltadas ao bem de todos, a paz e a democracia, o respeito à dignidade de toda pessoa, a condenação de toda forma de violência, simbólica ou real, a condenação firme de toda crueldade, de toda covardia, de toda destruição predatória do ecossistema, dos animais, das flores, do meio ambiente, da natureza. Ter sobretudo o sagrado amor à vida, proteger os que precisam de mais afeto, de mais proteção, combater todo sofrimento humano, notadamente aquele socialmente produzido, para que possa ser socialmente transformado.

Educação afetiva é mudar o olhar para com as crianças, os adolescentes, os jovens. É ser exemplo, é convencer pela palavra e testemunhar com as atitudes. Como cantava o poeta Almir Sater, com seu amigo Renato Teixeira: “É preciso amor pra poder pulsar, é preciso paz pra poder sorrir, é preciso a chuva para florir!”. Observem bem, a chuva está caindo, a natureza está fazendo a sua parte! Faltam as outras duas disposições para a vida ser melhor!

(César Nunes. “A educação afetiva e a ética da convivência amorosa”.
In: *Da educação que ama ao amor que educa*. Adaptado)

01. Para o autor, a afetividade

- (A) é uma característica inata das relações humanas e, cuja lapidação e aprimoramento dependem muito mais do trabalho em contexto familiar do que escolar.
- (B) deve ser explorada como um componente curricular específico, para que esteja verdadeiramente incorporada ao currículo da escola.
- (C) é uma dimensão essencial e complexa para a educação, que tem sido negligenciada, mas precisa ser incorporada às práticas escolares cotidianas.
- (D) está circunscrita às relações interpessoais, não interferindo, portanto, nos processos escolares didáticos e administrativos.
- (E) representa um obstáculo à racionalidade necessária para uma educação voltada ao desempenho e à objetividade.

02. O autor inicia os três últimos parágrafos do texto com a expressão “Educação afetiva é”. Esse recurso foi empregado para

- (A) apresentar as definições discrepantes de educação afetiva defendidas por autores conceituados da Educação.
- (B) demonstrar que a educação afetiva é um conceito inerte, sempre estático em relação às práticas cotidianas da escola.
- (C) reforçar a multiplicidade de sentidos e dimensões atribuídas à educação afetiva, destacando seu papel na formação humana.
- (D) explicar as diversas acepções do conceito de educação afetiva, a partir de sua aplicação em contextos divergentes.
- (E) apontar as diferentes concepções do conceito de educação afetiva, sugerindo a dificuldade de convergi-las no contexto educacional atual.

03. No trecho do último parágrafo “Faltam **as outras duas disposições** para a vida ser melhor!”, com a expressão destacada, o autor faz referência

- (A) ao amor e à paz.
- (B) à afetividade e ao amor.
- (C) às palavras e às atitudes.
- (D) à afetividade e à natureza.
- (E) à educação afetiva e à escola.

04. Assinale a alternativa em que os termos destacados são antônimos.
- (A) "... deixamos de lado dimensões **antropológicas** essencialmente **humanas...**" (1º parágrafo)
- (B) "... sobretudo, à **polifonia** das personalidades, das **diferentes** pessoas, culturas..." (2º parágrafo)
- (C) "... a pedir desculpas pelos **erros**, pelas contradições, pelos **desvios** padrões..." (3º parágrafo)
- (D) "... a condenação de toda forma de violência, **simbólica** ou **real...**" (4º parágrafo)
- (E) "Educação afetiva é mudar o olhar para com as crianças, os **adolescentes**, os **jovens.**" (5º parágrafo)
05. Está empregada em sentido figurado a palavra destacada no seguinte trecho do texto:
- (A) "Não assumimos como importantes ou até mesmo como consideráveis as questões que envolvem a educação afetiva e **emocional.**" (1º parágrafo)
- (B) "A vida, em si, é uma grande epifania de vivências, de **desabrochamentos** de experiências, de vitalidades..." (2º parágrafo)
- (C) "Educação afetiva é a criação de uma atmosfera vivencial de sensibilidades, de gestos **elevados...**" (3º parágrafo)
- (D) "Educação afetiva é **erigir** alguns valores como 'sagrados' para a convivência familiar, escolar e social..." (4º parágrafo)
- (E) "É ser exemplo, é convencer pela palavra e **testemunhar** com as atitudes." (5º parágrafo)
06. No trecho do 2º parágrafo "... educar para ter imperativos éticos referentes a outras pessoas, à natureza...", a vírgula foi empregada pela mesma razão que em:
- (A) "... é a questão da afetividade, a qualidade social e subjetiva das relações..." (1º parágrafo)
- (B) "... esteticamente belos e bons, como aqueles que cultivamos como essenciais." (3º parágrafo)
- (C) "... proteger os que precisam de mais afeto, de mais proteção..." (4º parágrafo)
- (D) "... socialmente produzido, para que possa ser socialmente transformado." (4º parágrafo)
- (E) "Como cantava o poeta Almir Sater, com seu amigo Renato Teixeira..." (5º parágrafo)
07. Assinale a alternativa em que a reescrita de trecho do 3º parágrafo preserva o sentido do texto.
- (A) Cultiva-se a paz, a generosidade e a esperança, contudo se pratica a palavra acolhedora.
- (B) Cultiva-se a paz, a generosidade e a esperança, embora se pratique a palavra acolhedora.
- (C) Cultiva-se a paz, a generosidade e a esperança de modo que se pratica a palavra acolhedora.
- (D) Cultiva-se a paz, a generosidade e a esperança ao passo que se pratica a palavra acolhedora.
- (E) Cultiva-se a paz, a generosidade e a esperança a fim de que se pratique a palavra acolhedora.
08. No trecho do último parágrafo "Observem **bem**, a chuva está caindo, a natureza está fazendo a sua parte!" o termo destacado é um advérbio, assim como a palavra destacada em:
- (A) "Uma das **mais** urgentes dimensões a se considerar..." (1º parágrafo)
- (B) A vida, em si, é uma **grande** epifania de vivências... (2º parágrafo)
- (C) "... cultivar a paz, a generosidade, a esperança, o **bom** trato..." (3º parágrafo)
- (D) "... a decisão consultiva, as escolhas voltadas ao **bem** de todos..." (4º parágrafo)
- (E) "É ser **exemplo**, é convencer pela palavra..." (5º parágrafo)
09. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de concordância.
- (A) Analisar as complexidades das identidades brasileiras revelam necessidades educacionais que se torna urgente nos dias de hoje.
- (B) Educar para a sensibilidade e ensinar a afetividade significa educar para os valores humanos que são necessários para as vivências dos jovens.
- (C) A criação de atmosferas vivenciais de gestos elevados e bons exigem atitudes que celebra os encontros e as diferenças dos seres humanos.
- (D) A convivência escolar e social demandam escolhas que visa à paz, ao respeito mútuo e à dignidade de toda pessoa.
- (E) O olhar para com as crianças e adolescentes precisa de exemplos que testemunha com coerência os valores da educação afetiva.
10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do trecho a seguir:
- Adolescência* é _____ minissérie de grande sucesso que explora de impactos das redes sociais _____ questões sobre _____ convivência escolar em relação _____ juventude, em apenas quatro episódios.
- (A) à ... a ... a ... a
- (B) à ... à ... a ... a
- (C) a ... à ... à ... à
- (D) a ... a ... à ... à
- (E) a ... a ... a ... à

11. Uma professora comprou alguns materiais para a execução de uma atividade pedagógica. A tabela a seguir mostra o tipo de material comprado, o número de unidades compradas de alguns desses materiais e seu respectivo valor unitário:

Material	Nº de unidades compradas	Valor da unidade
Rolo de barbante	5	R\$ 7,20
Folha de papel cartão	2x	R\$ 1,10
Frasco de cola	x	R\$ 5,80

Sabendo que o número de folhas compradas de papel cartão foi o dobro do número de frascos comprados de cola, e que o valor total dessa compra foi R\$ 68,00, o número de folhas compradas de papel cartão foi

- (A) 4.
(B) 6.
(C) 8.
(D) 10.
(E) 12.
12. Uma biblioteca recebeu uma doação de livros que serão, temporariamente, colocados em pilhas, cada pilha com o mesmo número de livros. Desse modo, é possível formar pilhas, cada uma delas com 20 livros, ou com 24 livros, ou com 30 livros em cada pilha e, em qualquer uma dessas opções, não restará livro fora das pilhas. Sabe-se que a doação recebida não chegou a 140 unidades, e que, por questão de espaço, foi decidido colocar 15 livros em cada pilha, o que também não deixou livro algum fora das pilhas. O número de pilhas formadas, com 15 livros em cada uma, foi
- (A) 8.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 12.
(E) 15.
13. Uma papelaria colocou em promoção determinado número de canetas azuis por R\$ 1,00 a unidade. No 1º dia da promoção, foi vendido 60% do número total de canetas, e, no 2º dia da promoção, foi vendido 40% do número de canetas restantes. Sabendo que o valor total obtido com a venda dessas canetas, nesses dois dias, foi R\$ 114,00, o número de canetas vendidas no 2º dia foi
- (A) 48.
(B) 40.
(C) 36.
(D) 30.
(E) 24.

14. Em um clube há 64 bolas de futebol e 40 bolas de vôlei. Todas essas bolas serão colocadas em sacolas, de maneira que todas as sacolas tenham o mesmo número de bolas e cada sacola só contenha bolas de um mesmo tipo. Se o número de bolas por sacola, nas condições estabelecidas, deve ser o maior possível, então, a diferença entre o número de sacolas com bolas de futebol e com bolas de vôlei será
- (A) 6.
(B) 5.
(C) 4.
(D) 3.
(E) 2.
15. Um rolo de fita foi dividido em 32 pedaços iguais, sem sobras. Se cada pedaço medisse 10 cm a menos, esse mesmo rolo poderia ter sido dividido em 40 pedaços iguais, também sem sobras. O comprimento total desse rolo de fita, em metros, era
- (A) 4.
(B) 8.
(C) 10.
(D) 12.
(E) 16.
16. Em uma palestra estavam presentes alunos, professores e coordenadores, no total de 124 pessoas. Sabendo que o número de professores era $\frac{1}{4}$ do número de alunos, e que o número de coordenadores era $\frac{1}{6}$ do número de professores, a diferença entre o número de professores e de coordenadores presentes nessa palestra era
- (A) 24.
(B) 20.
(C) 16.
(D) 12.
(E) 8.

17. Uma impressora A, que imprime 16 folhetos em 1,5 minuto, inicia a impressão de um lote de 7.500 folhetos às 8 horas, e trabalha sem interrupções durante 3 horas. Às 11 horas, uma impressora B, que imprime 10 folhetos por minuto, inicia a impressão desses folhetos, trabalhando juntamente com a impressora A, ambas trabalhando sem interrupções até o término da impressão do lote, que irá ocorrer às
- (A) 13 horas e 45 minutos.
(B) 14 horas e 30 minutos.
(C) 14 horas e 50 minutos.
(D) 15 horas e 25 minutos.
(E) 15 horas e 30 minutos.

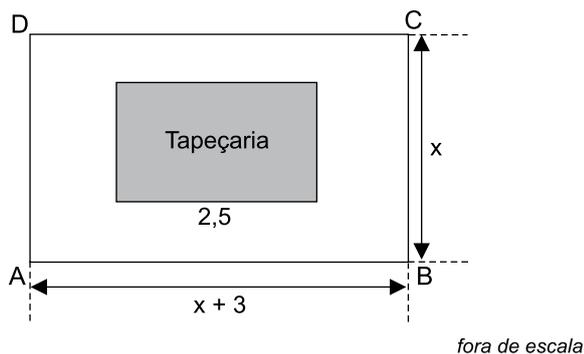
18. A tabela a seguir apresenta o número de unidades vendidas de determinado produto na 2^a, na 3^a e na 4^a feira de uma semana, sendo que na 6^a feira foram vendidas 6 unidades a mais do que na 5^a feira:

Dia da semana	Nº de unidades vendidas
2 ^a feira	6
3 ^a feira	8
4 ^a feira	12
5 ^a feira	x
6 ^a feira	x + 6

Sabendo que a média aritmética do número de unidades vendidas na 5^a e na 6^a feira foi 12, o número de unidades vendidas na 6^a feira superou a média aritmética do número de unidades vendidas nesses 5 dias em

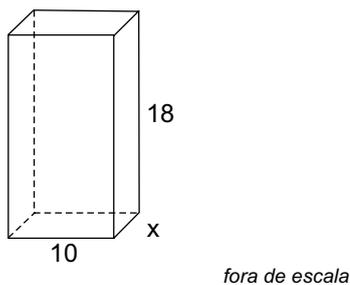
- (A) 5.
(B) 4.
(C) 3.
(D) 2.
(E) 1.

19. O comprimento de uma parede retangular ABCD tem 3 m a mais do que sua altura. Nessa parede foi colocada uma tapeçaria retangular, com 2,5 m de comprimento, conforme mostra a figura a seguir, na qual as medidas indicadas estão em metros:



Sabendo que o perímetro da parede ABCD é 26 m e que a área da tapeçaria corresponde a $\frac{1}{8}$ da área da parede, o perímetro da tapeçaria, em metros, é igual a

- (A) 5.
 (B) 6.
 (C) 8.
 (D) 9.
 (E) 10.
20. Um sólido de madeira, no formato de um prisma reto de base retangular, tem 18 cm de altura e uma das arestas da base mede 10 cm, conforme mostra a figura a seguir, na qual as medidas indicadas estão em centímetros:



Sabendo que o volume desse sólido é 1.440 cm^3 , o perímetro de sua base, em centímetros, é

- (A) 32.
 (B) 36.
 (C) 40.
 (D) 45.
 (E) 48.

21. Considere os arquivos distribuídos nas seguintes pastas criadas no MS-Windows 11, na sua configuração padrão:

- I. Pasta Assistente
 - a. Documento do Microsoft Word cujo nome é Prova
- II. Pasta Itatiba
 - a. Arquivo TXT cujo nome é Prova

Assumindo que o usuário possui todos os privilégios de manipulação de arquivos e pastas, bem como as pastas Assistente e Itatiba se encontram na mesma unidade de armazenamento, assinale a alternativa que traz a ação que será executada ao clicar com o botão principal do mouse sobre o arquivo Prova da pasta Itatiba, manter pressionado o botão principal do mouse e arrastar esse arquivo para a pasta Assistente.

- (A) Aparecerá uma caixa perguntando se o usuário quer substituir o arquivo existente.
- (B) Aparecerá uma caixa perguntando se o usuário quer ignorar esse arquivo.
- (C) Aparecerá uma caixa perguntando se o usuário quer comparar informações para ambos os arquivos.
- (D) O arquivo será copiado para a pasta Assistente.
- (E) O arquivo será transferido para a pasta Assistente.

22. Observe o texto a seguir digitado no MS-Word 2021, na sua configuração padrão:

Conhecimentos específicos:

Estratégia de Saúde da Família. Trabalho interprofissional e práticas colaborativas. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Exclusão social. Vulnerabilidade e risco social. Seguridade Social Brasileira. Política de Previdência Social Brasileira. Legislação que regulamenta a profissão de Assistente Social. Regulamentações do CFESS sobre o trabalho profissional. Gestão social e de financiamento das políticas públicas. Gestão de benefícios e transferência de renda. Participação e controle social: relações institucionais com a sociedade.

Assinale a alternativa que descreve o tipo de alinhamento aplicado ao parágrafo:

- (A) Alinhar o conteúdo com a margem esquerda.
- (B) Centralizar seu conteúdo na página.
- (C) Alinhar o conteúdo à margem direita.
- (D) Distribuir o texto uniformemente entre as margens.
- (E) Mover o parágrafo mais perto da margem.

23. Utilizando a planilha do Google Workspace, um usuário digitou a seguinte fórmula na célula A1: $-1+1$

Para que a fórmula funcione corretamente, apresentando o resultado 0 na célula A1, deve-se digitá-la da seguinte forma:

- (A) $-1+1$
- (B) $+1+1$
- (C) $=-1+1$
- (D) $\$-1+1$
- (E) $\&-1+1$

24. Assinale a alternativa que contém a opção de resposta que preserva o anexo de uma mensagem de correio eletrônico recém recebida na caixa de entrada.

- (A) Encaminhar.
- (B) Encaminhar com Anexo.
- (C) Responder a Todos.
- (D) Responder ao Remetente.
- (E) Responder.

25. Assinale a alternativa que contém uma configuração de links válida para documentos compartilhados em grupos do Microsoft Teams.

- (A) É possível editar, mas não pode gravar.
- (B) É possível baixar, mas não pode exibir.
- (C) Não é possível editar, mas pode apagar.
- (D) Não é possível exibir, mas pode baixar.
- (E) Não é possível baixar, mas pode exibir.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. O vereador Mariano Mário propôs um projeto de lei com o objetivo de proibir, no território do município, a vacinação compulsória de crianças e adolescentes, bem como a imposição de qualquer restrição ou sanção a pessoas não vacinadas, sob o argumento de que limitações dessa natureza ofenderiam a liberdade individual e não teriam amparo constitucional. Preocupado com os impactos de uma norma dessa natureza no município, o secretário de saúde convocou reunião para tratar do assunto, da qual participou Mariana, analista de procuradoria.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Mariana poderá informar, corretamente, que

- (A) qualquer servidor público pode deixar de aplicar a lei, caso aprovada, por considerá-la inconstitucional.
- (B) a lei, se aprovada, será materialmente constitucional, pois o Supremo Tribunal Federal entende que cabe aos indivíduos decidir sobre como cuidarão de sua saúde.
- (C) a lei, se aprovada, irá de encontro ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, pois é obrigatória a imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunização.
- (D) a lei é formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre temas relacionados à saúde.
- (E) a lei, se aprovada, será inconstitucional, pois, de fato, a restrição a direitos fundamentais deve estar prevista diretamente na Constituição Federal.

27. A respeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal em matéria de mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) é lícito ao impetrante desistir do mandado de segurança, mesmo sem a concordância da autoridade coatora, a qualquer momento antes do término do julgamento.
- (B) é inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança e cuja concessão é impedida por controvérsia sobre a matéria de direito.
- (C) é necessária a autorização expressa dos associados, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.
- (D) o fato de tratar-se de mandado de segurança coletivo representa obstáculo para que o interessado, favorecido pela sentença mandamental coletiva, promova, ele próprio, a execução individual desse mesmo julgado.
- (E) a entidade de classe terá legitimação para a impetração do mandado de segurança coletivo somente quando a pretensão veiculada represente interesse da integralidade de seus associados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Suponha que o prefeito do município X queira criar uma área especializada na administração municipal para a organização e a fiscalização do trânsito na cidade, com poder de aplicação de multas. Ele gostaria que essa área fosse técnica e formalmente subordinada ao secretário municipal de transportes (SMT), que deteria o poder de julgar recursos contra decisões tomadas pelo chefe dessa área especializada a ser criada. Além disso, ele deseja que a nomeação e a destituição do chefe dessa área seja realizada de forma discricionária pelo próprio prefeito.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a solução mais indicada seria a criação de

- (A) uma sociedade de economia mista vinculada à SMT.
- (B) um departamento ou divisão no âmbito da SMT.
- (C) uma agência reguladora vinculada à SMT.
- (D) uma empresa pública vinculada diretamente ao prefeito.
- (E) uma fundação pública vinculada diretamente ao prefeito.

29. Suponha que a prefeitura do município Alfa decida construir uma avenida para melhorar o fluxo de trânsito entre duas regiões da cidade. Durante a execução da obra, a via pública é alargada, e parte de um terreno particular, pertencente ao Sr. José, é ocupada sem que tenha havido qualquer ato formal da prefeitura para tomada de posse da área ou indenização prévia. Mesmo após a conclusão da obra, a prefeitura não formaliza nenhum processo administrativo ou judicial, tampouco paga qualquer valor ao proprietário. O imóvel do Sr. José permanece parcialmente ocupado por calçadas, postes de iluminação e uma ciclovia, integrando-se de forma permanente ao uso público.

É correto afirmar que a situação descrita corresponde à chamada

- (A) requisição por estado de necessidade.
- (B) requisição administrativa.
- (C) desapropriação indireta.
- (D) desapropriação por utilidade pública.
- (E) desapropriação por interesse social.

DIREITO CIVIL

30. Assinale a alternativa que apresenta uma situação hipotética na qual a transação é válida.

- (A) Um munícipe propõe ação de indenização por danos morais decorrentes de cobrança indevida de IPTU pelo município de Itatiba.
- (B) Marieta propõe ação de execução de título extrajudicial contra Nelson, que, citado, sugere o término do litígio mediante concessões mútuas por meio de instrumento particular.
- (C) Guilherme e Antônio são proprietários de um cavalo. Em razão de uma dívida pessoal, Guilherme concede a Marcos o cavalo mediante o perdão integral de sua dívida. Antônio, que não interveio na transação, não é por ela prejudicado.
- (D) Carlos devia R\$ 50 mil a uma empresa, com garantia dada por seu fiador, Paulo. Para evitar a execução judicial, Carlos e a empresa celebram uma transação: o valor da dívida é reduzido para R\$ 35 mil, com novo prazo para pagamento. Paulo continuará obrigado ao pagamento da dívida.
- (E) Diego roubou a bolsa de Mariana, sua vizinha, que, diante do ocorrido registrou boletim de ocorrência. Caso eles venham a transacionar acerca dos prejuízos sofridos por Mariana, a ação penal pública também será extinta.

31. Joana recebeu, por concessão de Teobaldo, o direito de superfície sobre um enorme terreno de propriedade dele, com a finalidade específica de construir moradias populares. No entanto, após adquirir o direito, Joana construiu no local um centro comercial e passou a alugar as lojas para fins lucrativos.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o Poder Público decida desapropriar a área, a indenização cabe a Teobaldo, proprietário do terreno.
- (B) A concessão poderá ser resolvida antes do termo final, desde que Joana seja indenizada.
- (C) Caso a concessão seja por prazo indeterminado, deverá ser lavrada escritura pública perante o Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) Joana poderá, independentemente de autorização de Teobaldo, realizar obras no subsolo para a construção de garagem subterrânea, considerando ser a garagem inerente ao objeto da concessão.
- (E) Joana não poderá transferir o direito de superfície a terceiros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32. Luana, residente em Campinas, celebrou um contrato de compra e venda, sem cláusula de eleição de foro, para comprar uma motocicleta de Henrique, residente em Jundiaí. Uma semana após a entrega do veículo, Luana descobre um vício que impede o correto funcionamento da moto. Diante da impossibilidade de solução amigável, Luana ingressa com ação de resolução contratual em Itatiba, cidade com a qual nenhuma das partes tem qualquer vínculo pessoal, comercial ou contratual.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de situação chamada de juízo aleatório, na qual é violado o princípio do juiz natural e, portanto, a ação deve ser extinta, sem resolução do mérito.
- (B) Trata-se de situação de prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- (C) Por se tratar de competência relativa, em razão do território, Luana pode propor a ação em qualquer foro de sua escolha.
- (D) Por se tratar de competência relativa, Henrique deverá suscitar a incompetência do juízo na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, por meio de petição autônoma.
- (E) A incompetência pode ser alegada a qualquer momento, mas não pode ser declarada de ofício, uma vez que é relativa.

33. Acerca da ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, a ação rescisória tem cabimento nos casos de decisões de mérito transitadas em julgado, no entanto, tem cabimento contra decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda.
- (B) Na petição inicial da ação rescisória, o autor deverá depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por maioria de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- (C) Não se aplica à ação rescisória o instituto da tutela provisória.
- (D) O Ministério Público, por ser fiscal da lei, tem legitimidade para propor qualquer ação rescisória, ainda que não tenha participado da ação que proferiu a decisão a ser rescindida.
- (E) É cabível ação rescisória nos casos de atos de disposição de direitos, praticados pelas partes do processo e homologados pelo juízo quando violar manifestamente norma jurídica.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

34. Denominam-se precatórios as requisições para pagamento expedidas pelo Poder Judiciário para cobrar os entes federativos e suas respectivas autarquias e fundações, referindo-se a valores por eles devidos após condenação judicial transitada em julgado.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) No orçamento das entidades de direito público, é obrigatória a inclusão de verba necessária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios apresentados até 02 abril, para pagamento, com valores atualizados monetariamente, até o fim do exercício seguinte.
- (B) Ao seu critério exclusivo e em qualquer situação, é vedado à União assumir débitos oriundos de precatórios dos estados, Distrito Federal e municípios, para fins de refinanciamento.
- (C) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, mediante a anuência expressa da entidade devedora, aplicando-se ao cessionário as mesmas preferências pertencentes ao cedente.
- (D) A cessão de precatórios produzirá efeitos independentemente de prévia comunicação do credor ao Tribunal de origem, que deverá, contudo, ser comunicado pelo ente federativo devedor após a efetiva quitação.
- (E) A União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, ainda que haja concordância de ambas as partes, ficam impedidos de utilizar valores objeto de precatórios devidos a pessoa jurídica de direito público, para o fim de amortizar dívidas, vencidas ou vincendas, nos contratos em que houve prestação de garantia a outro ente federativo.

35. André, menor impúbere, filho de Antônio e Anastácia, recebeu de sua tia Flora uma doação no valor de R\$ 1.000.000,00.

Nessa hipótese, perante o Fisco, é correto afirmar que

- (A) Antônio, Anastácia e Flora, pelo tributo devido, são considerados contribuintes de fato, enquanto André é considerado responsável de direito.
- (B) Antônio e Anastácia serão considerados responsáveis apenas no caso da impossibilidade de André, na qualidade de contribuinte, cumprir com a obrigação referente ao tributo devido.
- (C) Flora, diante da menoridade de André, é considerada contribuinte e, nessa qualidade, deverá arcar com o pagamento do tributo devido.
- (D) Antônio, Anastácia e Flora são considerados responsáveis em caráter pessoal pelo pagamento do tributo devido, eis que André, sendo menor, não tem como assumir a qualidade de contribuinte.
- (E) Antônio, Anastácia e Flora são considerados contribuintes solidários pelo pagamento do tributo devido, sendo André considerado responsável de direito.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

36. Assinale a alternativa correta relativamente ao tema da jornada de trabalho, considerando o disposto na CLT, bem como a jurisprudência dominante do TST sobre a matéria.

- (A) É inválido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e de 40 horas em outra.
- (B) Para ter validade o banco de horas ajustado por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, é imprescindível que o excesso de horas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, desde que não seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- (C) O tempo despendido pelo empregado para o deslocamento desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não é considerado tempo à disposição do empregador, razão pela qual não será computado na jornada de trabalho.
- (D) O banco de horas não pode ser pactuado por acordo individual escrito, independentemente do período de compensação adotado.
- (E) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o banco de horas e o acordo de compensação de jornada.

37. Sobre a responsabilidade do Poder Público no processo trabalhista, notadamente no âmbito da terceirização de serviços, considerando a jurisprudência do STF e do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública só pode ser responsabilizada por dívidas trabalhistas de empresas terceirizadas se ficar comprovado, pelo autor da ação (reclamante), que houve negligência na fiscalização do contrato.
- (B) Ainda que não haja participado da relação processual, o tomador de serviços é responsável subsidiário pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
- (C) A responsabilidade subsidiária da Administração Pública decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- (D) Na terceirização de serviços, o tomador, inclusive o Poder Público, é responsável subsidiário pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, ainda que não haja participado da relação processual.
- (E) Dívidas relativas ao FGTS e às contribuições previdenciárias não estão abrangidas pela responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quando este é a Administração Pública.

DIREITO PENAL

38. Para fins de falsidade, o cartão de crédito ou débito, por expressa disposição do parágrafo único do art. 298 do CP,

- (A) equipara-se a documento público, sem exceção.
- (B) equipara-se a documento particular, sem exceção.
- (C) equipara-se a documento público, mas apenas se o banco emissor for público.
- (D) equipara-se a documento particular, mas apenas se o banco emissor não for público.
- (E) não é passível de falsificação.

39. No que concerne aos crimes de responsabilidade do prefeito, o tema de repercussão geral 576 do STF firmou a seguinte tese:

- (A) tendo em vista se tratar de prejudicial, a pendência de processo por ato de improbidade administrativa do prefeito (Lei nº 8.429/1992) não impede o processo e o julgamento por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/1967).
- (B) tendo em vista se tratar de prejudicial, a pendência de processo por ato de improbidade administrativa do prefeito (Lei nº 8.429/1992) impede o processo e o julgamento por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967).
- (C) tendo em vista se tratar de prejudicial, a pendência de processo por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967) impede o processo e o julgamento por ato de improbidade administrativa do prefeito (Lei nº 8.429/1992).
- (D) o processo e o julgamento do prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967) não impede a sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias.
- (E) o processo e o julgamento do prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967) impede a sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992, em virtude da comunicação das instâncias e da segurança jurídica.

DIREITO ELEITORAL

40. De acordo com a legislação pátria, é correto afirmar que o sistema eleitoral adotado no Brasil é

- (A) o sistema majoritário de maioria simples em distrito uninominal para deputados estaduais, distritais e federais.
- (B) o sistema majoritário em distrito plurinominal para os cargos do Legislativo federal, estadual e municipal.
- (C) o sistema proporcional para os cargos do Executivo federal, estadual e municipal com população acima de 200 mil habitantes.
- (D) o sistema misto, proporcional aos cargos do Legislativo (senadores, deputados federais, distritais e estaduais) e majoritário aos cargos do Executivo.
- (E) o sistema misto, proporcional aos cargos de deputados federais, distritais, estaduais e vereadores e majoritário aos cargos do Executivo federal, estadual e municipal, além dos senadores.

41. No que toca às condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais, é correto afirmar que

- (A) o chefe do Executivo não pode ceder, em benefício de candidato, de partido político ou de coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, salvo para uso das coligações partidárias em disputa nas eleições e somente no período eleitoral.
- (B) as multas aplicadas em casos de condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais são duplicadas a cada reincidência.
- (C) o prefeito não pode autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado e nos três meses que antecedem a eleição geral.
- (D) é proibido a qualquer pré-candidato comparecer, no ano eleitoral, a inaugurações de obras públicas em eventos da administração pública direta a cujo cargo concorrerá.
- (E) é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos do município na realização de inaugurações em ano eleitoral em que se realizarão as eleições municipais.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

42. Com base na Lei nº 11.455/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, é correto afirmar que

- (A) os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.
- (B) a validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico independe da existência de plano de saneamento básico.
- (C) a prestação de serviços de saneamento básico pode ser delegada à iniciativa privada por meio de contratos de concessão, contrato de programa, convênio e termo de parceria.
- (D) o lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador não pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.
- (E) é obrigatória a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada.

43. O Sindicato dos Professores Municipais do Município X propôs ação coletiva com o objetivo de assegurar à categoria profissional representada o direito de recálculo do adicional por tempo de serviço, pois, na sua avaliação, deve-se ter como base de cálculo a remuneração integral dos agentes públicos, e não o salário-base. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) os beneficiados da decisão são reservados aos servidores sindicalizados, ao tempo da propositura.
- (B) a execução da ação pode ser feita de maneira individual, pelos servidores, com advogado por eles escolhido.
- (C) os efeitos da decisão não se estendem para eventuais servidores que estejam cedidos a outros entes federativos.
- (D) o sindicato não tem o poder de representar os sindicalizados nas execuções individuais, pois a sua atuação é reservada ao campo da tutela coletiva.
- (E) a ação deve ter sido precedida de autorização nominal dos servidores públicos e somente beneficiará os que anuíram a sua propositura.

DIREITO COMERCIAL

44. O contrato mercantil pelo qual um empresário, em caráter não eventual e sem vínculo de dependência, obriga-se a promover, em uma zona determinada, negócios que sejam de interesse de outro empresário, mediante remuneração e por conta deste, é denominado contrato de

- (A) corretagem.
- (B) comissão.
- (C) agência.
- (D) mandato mercantil.
- (E) prestação de serviço.

45. Alfa, sociedade empresária de pequeno porte, atua no mercado há 10 anos e não está falida, mas, em razão de sua situação econômica, pretende requerer recuperação judicial.

Para isso, sabendo que o sócio controlador de Alfa e seus diretores jamais estiveram falidos ou foram condenados por crime falimentar, a par dessas características que ostenta, será necessário, ainda, que Alfa não tenha obtido o benefício pretendido há menos de

- (A) 02 anos.
- (B) 03 anos.
- (C) 05 anos.
- (D) 08 anos.
- (E) 10 anos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

46. São segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social:

- (A) os exercentes de mandato eletivo, ainda que titulares de cargo efetivo.
- (B) os titulares de emprego público, ainda que atuem na administração direta.
- (C) os ocupantes de cargo em comissão, ainda que titulares de cargo efetivo.
- (D) os titulares de cargo efetivo, desde que exerçam função de confiança.
- (E) os empregados domésticos, desde que na qualidade de contribuinte individual.

47. Francisco, empregado de uma fábrica de motores, faleceu em 28 de janeiro de 2025, deixando a viúva, com quem foi casado por 20 anos e teve três filhos, que hoje contam 19, 16 e 13 anos de idade. Deixou também sua genitora, de 85 anos, que vivia sob sua total dependência, e um filho de 30 anos de idade, com síndrome de Down, fruto de seu primeiro casamento.

Diante dessas informações, é correto afirmar que farão jus à pensão por morte legada por Francisco:

- (A) a genitora, a ex-mulher, a viúva e os quatro filhos.
- (B) a genitora, a viúva e os quatro filhos, apenas.
- (C) a genitora e os dois filhos menores, apenas.
- (D) a viúva e os quatro filhos, apenas.
- (E) a viúva, o filho mais velho e os dois filhos menores, apenas.

48. A Emenda Constitucional nº 103/2019, que veiculou a mais recente reforma da previdência, inseriu a seguinte inovação no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos:

- (A) tornou obrigatória a cobrança de contribuições previdenciárias de aposentados e pensionistas.
- (B) vedou a concessão de licença-maternidade no âmbito do Regime Próprio de Previdência.
- (C) permitiu aos municípios a fixação da idade mínima para as aposentadorias de seus servidores, por meio de lei complementar.
- (D) obstou a concessão de aposentadorias calculadas segundo a regra da integralidade e reajustadas segundo o critério da paridade.
- (E) previu a possibilidade de concessão da aposentadoria especial por atividade de risco aos guardas civis municipais.

49. Em 17 de dezembro de 2024, Joana D'Arc, titular de cargo efetivo de professor na rede de ensino municipal, sofreu grave acidente que lhe custou a perda do braço esquerdo. Diante das dificuldades decorrentes da perda do membro, aos 18 de abril de 2025, a professora optou por solicitar ao Regime Próprio de Previdência Social do município a concessão de aposentadoria por invalidez.

Considerando apenas esses dados, é correto concluir que o pedido de aposentadoria formulado deverá ser

- (A) deferido, pois a aquisição desse direito pelo servidor exige apenas a comprovação da definitividade da lesão, que, na hipótese de perda de membro, é incontroversa.
- (B) indeferido, pois a aquisição desse direito pelo servidor exige incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, por prazo superior a 06 (seis) meses contados da data da lesão.
- (C) deferido, pois a aquisição desse direito pelo servidor exige incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, por prazo superior a 04 (quatro) meses contados da data da lesão.
- (D) indeferido, pois a aquisição desse direito pelo servidor exige, além de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, a inviabilidade de readaptação.
- (E) deferido, pois, apesar de a aquisição desse direito pelo servidor exigir, além de incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, a inviabilidade de readaptação, a lei nacional que deverá regular o instituto da readaptação ainda não foi editada.

50. Considere que o Prefeito de Itatiba/SP foi eleito tendo como uma das principais plataformas de campanha o aumento da participação da iniciativa privada na gestão pública. A proposta consiste em utilizar a concessão de bens e serviços públicos para atrair investimentos privados e instaurar uma nova lógica de gestão desses ativos, na qual a qualidade do bem ou serviço será avaliada pelo cidadão e utilizada como critério para a remuneração do concessionário. Há, contudo, dúvidas sobre a viabilização desse plano, motivo pelo qual foi convocada uma reunião, da qual participará Antônia, analista de procuradoria.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Itatiba/SP, Antônia poderá afirmar corretamente que

- (A) a autorização legislativa não é necessária para a concessão de serviços públicos, pois compete ao Poder Executivo definir como devem ser prestados os serviços públicos.
- (B) a concessão de bens imóveis não precisa ser precedida de autorização legislativa, pois a medida só é necessária nos casos em que haja a alienação dos bens.
- (C) a realização de concessões de bens e serviços públicos, em Itatiba/SP, precisa ser autorizada mediante aprovação de emenda à Lei Orgânica, pois as medidas são, a priori, vedadas na cidade.
- (D) a concessão de serviços públicos e de bens públicos, no município de Itatiba/SP, podem ser realizadas, mas em favor de entidades que não tenham finalidade lucrativa.
- (E) a concessão de serviços públicos deve ser autorizada por lei complementar e a autorização legislativa também será necessária para a renovação e prorrogação contratuais.

